

Sem vergonha!

Apesar dos avultados lucros obtidos, as IC subscritoras do ACT tiveram o desprazer de responder aos Sindicatos com uma proposta de 2,5% de aumento salarial. Mas não só: todas as reivindicações sindicais de cláusulado receberam um rotundo “não aceite”. Foram longe demais e SBN, SBC e MAIS não aceitarão tal desrespeito pelos trabalhadores.

Embora reconhecendo, na sua resposta, o valor a que chegou a taxa de inflação este ano e mesmo aceitando as previsões para 2023 (5,7% segundo o FMI e de 6,1% pela CE), as instituições de crédito subscritoras da ACT do Setor Bancário ficam-se por 2,5% de aumento para os trabalhadores, um valor que não compensa sequer a inflação prevista – muito menos a perda de rendimentos.

Na fundamentação que acompanha a resposta aos Sindicatos, também reconhecem que “o setor bancário português registou, em 2021-22, uma evolução positiva”, mas logo enumeram um conjunto de fatores que, defendem, farão das IC empresas em grande risco e que ditam “uma postura muito prudente por parte dos bancos, designadamente no que respeita às revisões salariais”. Como sempre, são os trabalhadores que devem sofrer, já por antecipação, alguma eventual perda de lucros. Numa linguagem despojada, os portugueses chamam a isso “sem vergonha”.

Aumentos

Recorde-se que na sua proposta, MAIS, SBC e SBN reivindicam para 2023 um aumento de 8,5% nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária.

Além disso, refira-se que ao encerrarem o processo negocial de 2021 e 2022 por 0,5% e 1,1%, respetivamente, deixaram claro que estes valores teriam de ser compensados em 2023. E, a essa perda de poder de compra soma-se ainda a inflação de 2022, que ultrapassou todas as previsões e deixou trabalhadores e reformados bancários em situação muito difícil.

Razões mais do que suficientes para os Sindicatos rejeitarem liminarmente a pretensão da banca.

Cláusulado

Considerando que apenas o aumento salarial, por si, só não compensa os ganhos de produtividade, a entrega, espírito de sacrifício e o profissionalismo dos bancários, nomeadamente durante o período mais grave da pandemia, os Sindicatos juntaram à sua reivindicação um conjunto de alterações de cláusulas do ACT e a introdução de algumas novas.

Às cerca de quatro dezenas de cláusulas apresentadas pelos Sindicatos, as IC responderam a todas com um “não aceite”. As justificações dividem-se essencialmente em dois tipos: porque implicam um “aumento de encargos” que não querem assumir, ou acarretam uma “limitação à margem de gestão” de que não abrem mão. Tudo o que saia destes dois argumentos, fica-se por “a regulamentação é adequada” ou remete para o Código do Trabalho.

Imoralidade

Para a banca, os trabalhadores não merecem nada. Não estão dispostos a partilhar uma pequena percentagem dos enormes lucros, nem da produtividade, ou a contribuir para aliviar as enormes dificuldades em que vivem em consequência da perda de rendimento por aumentos salariais insuficientes ao longo dos anos, agravado pelo brutal aumento da inflação – sobretudo na energia e produtos alimentares.

Para os bancos, os trabalhadores não merecem o respeito que a lei lhes faculta de, através dos seus Sindicatos, negociarem aumentos e condições de trabalho dignos. Apenas merecem esmolas.

Pois estão profundamente errados. MAIS, SBC e SBN não pactuam com subserviência ou prepotência. Os portugueses saberão como atuam os bancos, aquelas instituições que lhes sobem constantemente todas as taxas com o fito de aumentarem, sempre, os seus lucros – e nunca os seus trabalhadores.

MAIS, SBC e SBN não vão desistir e enfrentarão os poderes instituídos em defesa dos seus sócios. Acreditem nisso!

O MAIS SINDICATO, O SBN E O SBC